

MINUTAFl. 512
Proc. 001387/12-18
Rubrica - 3º AJ**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO
E DO PARNAÍBA (CODEVASF) E**

A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF**, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada **CODEVASF**, neste ato representada pelo Superintendente da 3ª Superintendência Regional, LUIZ MANOEL DE SANTANA, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, inscrito no CPF/ MF sob o número 907.143.504-00, Carteira de Identidade nº 3.805.995 – SSP/PE, residente na Rua Serrita, nº 521, Bairro Vila dos Ingáz, Petrolina, Estado de Pernambuco e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, CEP, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu administrador, profissão, estado civil, portador da Cédula de Identidade nº, inscrito no CPF/MF sob o nº, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da CODEVASF, expressa na Resolução nº, de ... de de 2013, constante às fls. do Processo nº 59530.001387/2012-18, que, na forma do art. 54 da Lei 8666/93, de 21.06.1993, será regulado pelas cláusulas e condições seguintes e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

1. Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento dos materiais e serviços para execução da integração e atualização tecnológica dos sistemas de automação dos Perímetros Senador Nilo Coelho e Maria Tereza, localizados no município de Petrolina, no Estado de Pernambuco.

1.1 Os serviços foram licitados na modalidade "Concorrência", do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo disposições da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 (art. 6º, VIII, 'b', c/c art. 45, §1º, I), que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, com as alterações da Lei nº 8.883, de 08/06/94 e Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 e Lei complementar nº 123 de 14/12/2006.

2. Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS

Os serviços, objeto deste contrato, serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital Concorrência nº/2013 e seus Anexos;
- b) Normas/Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias;
- c) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de de de 2013;

Maria Stela Lira Barboza de Brito
Chefe Substituta da 3ª/AJ
Decisão nº 1483/12

d) Demais documentos contidos no Processo nº 59530.001387/2012-18;

2.1 Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira – DO PRAZO

O prazo de execução dos serviços objeto deste contrato terá a duração de 15 (quinze) meses, contados da ordem de serviços, com eficácia legal após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União.

4. Cláusula Quarta – DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ (.....), obedecidos os preços unitários constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.

5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS

As despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços objeto deste contrato correrão à conta do Programa de Trabalho nº Programa de Trabalho nº 20.607.2013.5354.0026 - transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco - PTRES nº 063763, fonte 100. Nota de Empenho nº, datada de ... de de 2013.

6. Cláusula Sexta – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CODEVASF/3ªSR pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente executados. Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, constituindo, assim, a única remuneração da CONTRATADA pelos trabalhos efetivamente executados.

6.1 O pagamento dos serviços será efetuado mediante medições mensais daqueles efetivamente executados, sujeito às seguintes condições gerais:

- a) O serviço que não se adequar às formas de pagamento estabelecidas neste contrato e/ou que não seja executado em plena conformidade com eles, não terá faturamento;
- b) As faturas exigirão o acompanhamento de documentação e relatório dos trabalhos desenvolvidos que justifiquem cada serviço faturado, com a indicação do número do Contrato que lhe dá cobertura;
- c) As faturas dos serviços executados só serão pagas após os mesmos terem sido aprovados e atestados pela fiscalização;
- d) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA, para correções e acertos, iniciando-se, após essa apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

6.2 A forma de pagamento contemplada neste contrato será exclusivamente o de preço unitário, pago por serviço efetivamente executado.

6.3 Os pagamentos dos serviços executados obedecerão rigorosamente os itens e valores constantes na planilha orçamentária apresentados na proposta financeira da CONTRATADA.

6.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

6.5 Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeira do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

6.6 A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, ora exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

6.7 Juntamente com a apresentação da Fatura terá a CONTRATADA de apresentar a comprovação de recolhimentos ao Fundo de Garantia Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticado, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no § 4º do Art. 31, da Lei nº 8.212 de 24/07/91, alterada pela Lei nº 9.032, de 28/04/95.

6.8 Quando se tratar da quitação do pagamento a CODEVASF se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentada a GPS relativo ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma, deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção do pagamento.

6.9 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF da lide das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.

6.10 Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido da medição desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação trabalhista subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas nesta subcláusula.

6.11 As faturas deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada serviço faturado, devidamente atestada pela Fiscalização, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário para recebimento dos respectivos créditos; e dos Relatórios Gerenciais e Operacionais do mês anterior ao mês da medição.

6.12 As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela área gestora, devendo as mesmas estarem isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à CONTRATADA para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

6.13 Os documentos de cobranças indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho emitida pela CODEVASF para cobertura da execução dos serviços/fornecimentos.

6.14 Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 dias corridos para pagamento, conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.

6.15 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega à CODEVASF dos documentos de cobranças acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

6.16 Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido na subcláusula 6.14 deste contrato, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira aplicando-se a seguinte formula:

AM = **P x I**, onde:
AM = Atualização Monetária;
P = Valor da Parcela a ser paga; e
I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:
I = $(1+im1/100)^{dx1/30} \times (1+im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+imn/100)^{dxn/30} - 1$,
onde:
i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";
d = Número de dias em atraso no mês "m";
m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

6.17 Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.

6.18 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido, tão logo, seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

6.19 Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

7. Cláusula Sétima – REAJUSTAMENTO

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano. Após este prazo serão reajustados, por responsabilidade da CODEVASF, aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V.[N1. (MEi-MEo)/ MEo + N2. (MOi-MOo)/MOo]$$

Onde:

R - valor do reajustamento

V - valor a ser reajustado

N1 - percentual de ponderação de serviços de Materiais Elétricos frente à totalidade dos serviços a executar.

N2 - percentual de ponderação de serviços de Mão-de-obra especializada frente à totalidade dos serviços a executar.

MEi – refere-se ao índice Material Elétrico da FGV – cód. A1006827, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Maria Stela Lira Barboza de Brito
Chefe Substituta da 3ª/AJ
Decisão nº 1483/12

MEo – refere-se ao índice Material Elétrico da FGV – cód. A1006827, correspondente à data de apresentação da proposta.

MOi – refere-se a coluna 13 da FGV Mão-de-obra Especializada, cód. AO159886, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MOo – refere-se a coluna 13 da FGV Mão-de-obra Especializada, cód. AO159886, correspondente à data de apresentação da proposta.

7.1 Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:

$I_{DB1}^{Mês2}$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

7.2 Os valores considerados referentes aos fatores N1 e N2 serão os a seguir, apresentados:

Fator N1	Fator N2
77%	23%

8. Cláusula Oitava – CAUÇÃO

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, esta a critério da CONTRATADA, a ser integralizada em até 5 dias da assinatura do contrato, com validade de, no mínimo, 90 dias após o prazo contratual.

8.1 Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004). Nesta modalidade, a CONTRATADA deverá, ainda, transferir a posse dos títulos a Administração até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato ou até o adimplemento da sanção aplicada.

8.2 A caução em fiança bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.

8.3 Após assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução das obras/serviços e fornecimentos contratados.

Maria Stela Lima Barboza de Brito
Chefe Substituta da 3ª/AJ
Decisão nº 1483/12

8.4 A garantia, em espécie, deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.

8.5 A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

8.6 A CONTRATADA se obriga a prestar a referida garantia, na mesma proporção e condição, nos casos de celebração de termos aditivos que impliquem em acréscimos de quantitativos ao contrato.

8.7 Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.

9. Cláusula Nona – DA MULTA

Em caso de inadimplemento, por parte da CONTRATADA de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, será aplicada a multa no percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

9.1 O atraso na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico-financeiro, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme o *caput* da cláusula nona acima.

9.2 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, consoante o art. 86, § 2º da Lei de Licitações, observando-se o seguinte:

9.2.1 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias.

9.2.2 Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Departamento de Contabilidade e Finanças o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.

9.3 A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do pagamento da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.

9.3.1 Após o procedimento estabelecido na subcláusula anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da CODEVASF, que poderá relevar ou não a multa.

9.4 Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo este ato novação contratual tampouco desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.5 Caso a Diretoria Executiva da CODEVASF mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.


Maria Sueli Lira Patrozo de Brito
Chefe Substituta da 3ª AJ
Decisão nº 1483/12

10. Cláusula Dez – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços e fornecimentos será feita diretamente por uma equipe técnica que atuará sob a responsabilidade de um Coordenador, formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

10.1 A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a CONTRATADA assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

10.2 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato as instâncias superiores da CODEVASF – 3ª S.R.

10.3 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

10.4 Das decisões da Fiscalização, poderá a CONTRATADA recorrer à Gerência Regional de Empreendimentos em Irrigação da CODEVASF - 3ª SR, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

10.5 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

10.6 A CODEVASF se reserva ao direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA, que não mereça confiança, embarace a fiscalização ou se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o desempenho das tarefas que lhes forem atribuídas.

10.7 Serão impugnados pela fiscalização todos e quaisquer serviços que não atendam às condições contratuais.

10.8 Ficará a CONTRATADA, obrigada a refazer todo e qualquer serviço impugnado pela fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

11. Cláusula Onze – DA RESCISÃO

Fica assegurado à CODEVASF, o direito a rescisão unilateral do contrato, nos termos dos arts. 77, 78, incisos I a XII e XVII, 79 e 80 da Lei n. 8.666/93, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) Lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) Atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) Paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

Maria Stela Lira Barboza de Brito
Chefe Substituta da 3ª AJ
Decisão nº 1483/12

- f) Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) Cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- n) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

11.2 A rescisão do contrato poderá ser: a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei 8.666/93; b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; c) judicial, nos termos da legislação.

12. Cláusula Doze – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada é responsável, desde o início dos Serviços até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas dos escritórios referentes a telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados. Será obrigatória a apresentação e entrega, mensal, a CODEVASF para controle, dos comprovantes dos pagamentos efetuados.


12.1 Responsabiliza-se a CONTRATADA por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar a CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução das obras/serviços objeto deste contrato.

12.2 A CONTRATADA será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária e previdenciária, os quais correrão por sua conta exclusiva.

12.3 A CONTRATADA será responsável pelo pagamento de todos os tributos ou encargos legais devidos em decorrência do contrato.

13. Cláusula Treze – DO ADITAMENTO CONTRATUAL

Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras. Serviços extras não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.


Maria Stela Lira Barboza de Brito
Chefe Substituta da 3ª AJ
Decisão nº 1483/12

14. Cláusula Quatorze – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O encerramento dos serviços se dará após a conclusão dos mesmos e aprovação por parte da Fiscalização.

14.1 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento desse item é condicionante para: A emissão pela CODEVASF/3ªSR, do Termo de Encerramento Físico (T.E.F.); A liberação da Caução Contratual.

15. Cláusula Quinze – PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação do presente contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

16. Cláusula dezesseis – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Pernambuco – Varas Federais da cidade de Petrolina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Petrolina – PE,

.....
LUIZ MANOEL DE SANTANA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO
FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

a)

CPF/MF nº

b)

CPF/MF nº

Maria Stela Lira Carboza de Brito
Chefe Substituta da 3ª AJ
Decisão nº 1483/12